

BLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • setembro de 2018

Pátria Municipalista

*Apesar da crise estar longe do fim,
Movimento Municipalista ganhou
mais espaço de diálogo*



Palavra do presidente

Nossas conquistas sempre foram resultado da capacidade de união do movimento municipalista. Assim, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) irá manter o histórico compromisso de unidade, que garantiu aos Municípios brasileiros uma melhor capacidade de gestão e mais qualidade de vida à população, apesar dos desequilíbrios do pacto federativo brasileiro.

Nesse contexto, fizemos em Brasília, nos dias 7 e 8 de agosto, mais uma Mobilização Municipalista que traduz a marca do que buscamos imprimir, sempre coletivamente. Reunidos na capital federal, pudemos levar as nossas reivindicações a autoridades dos três Poderes e do Tribunal de Contas da União (TCU). Somamos forças para pressionar pela aprovação da nossa pauta prioritária. Com o cenário comprimido pelas eleições, era o momento estratégico e oportuno para mais uma rodada de negociação política.

Consequimos, mais uma vez, avançar o debate em torno de temas relevantes. Como os leitores poderão ler nesta edição, agrupamos energias para reivindicar a aprovação de novas regras para o ressarcimento com as perdas da Lei Kandir, ajustar os valores da Lei de Licitações – o que ampliará a margem de contratação para as prefeituras –, e pedir a votação com urgência do projeto que trata dos tomadores de serviço do Imposto sobre Serviços (ISS).

Também resultado da articulação do movimento municipalista, um

importante avanço se concretizou: a aprovação, por unanimidade, do parecer do relator Hildo Rocha (MDB-MA) que possibilita às entidades representativas municipais de âmbito nacional proporem Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Nessas negociações, mantivemos outro compromisso: a postura de respeito institucional aos poderes e aos demais Entes. Nossa força sempre esteve na capacidade de agrupar o movimento com equilíbrio e espírito público. Continuaremos lutando com muita força pelos nossos direitos, sempre buscando a autonomia dos Municípios. Esperamos, assim, que essas instituições compreendam que é preciso fortalecer os Entes locais. Fortalecendo a gestão municipal estaremos criando condições para que as necessidades da população sejam melhor atendidas. Não vamos nos afastar desta linha de atuação.



Glademir Aroldi
Presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à sede da CNM



 Entrevista

Orientar para fiscalizar

Prestação de contas é um desafio para as administrações municipais. E, por acreditar na necessidade do diálogo e na parceria entre o municipalismo e os órgãos responsáveis por fiscalizar os Municípios, o Boletim CNM convidou o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, para falar dessa relação. Nogueira ingressou no Tribunal de Contas do Estado de Paraíba (TCE-PB) como conselheiro em 2006 e presidiu o órgão de 2013 a 2014. Antes de chegar ao TCE-PB, foi vereador em Campina Grande e secretário da Prefeitura. Foi eleito deputado estadual para legislatura 2003/2006. “Os TCs, com auxílio de suas Escolas de Contas e de seus capacitados técnicos, vêm desenvolvendo e disseminando ferramentas que, em muito, ajudam os gestores na hora de comandar a máquina pública”, ressalta o presidente da Associação.

Como entidade representativa, a Atricon atua com outros setores e órgãos que impactam suas atividades. Qual a importância do diálogo e da parceria estabelecida entre a Associação e a CNM?

A Atricon assume a missão precípua da representação, da defesa, e do aperfeiçoamento institucional das Cortes de Contas; e, em outra esfera, cumpre o papel de fomentar a integração dos membros dos TCs. Tudo isso está direcionado ao aprimoramento do Sistema, vislumbrando a efetividade das próprias ações e a boa governança dos recursos públicos. A CNM, por sua vez,

congrega gestores públicos a quem o controle externo deve fiscalizar e, nisso, se inclui a orientação. A boa pedagogia só é exercida em uma relação harmoniosa, com o compartilhamento de experiências, em que o diálogo esteja sempre presente. Afinal, existe uma direção

comum: o respeito à cidadania.

Como alinhar as diferentes interpretações dos Tribunais de Contas com a realidade dos Municípios e as imposições do governo?

Antes de uma explicação direta, um esclarecimento se faz necessário. Constitucionalmente, os Tribunais de Contas não foram concebidos para formar um sistema integrado de órgãos, regido por uma unidade central que padronizaria procedimentos, processos e entendimentos. Cada Tribunal funciona como se fora único, sem existência de hierarquia entre eles. Faltava um elo de conexão, mas temos avançado na busca da desejada padronização. A partir do instante em que a Atricon modifica seu estatuto, colocando dentre seus objetivos a representação dos TCs, algumas iniciativas têm sido buscadas no interesse do desenvolvimento de um verdadeiro sistema de Tribunais de Contas. A primeira delas, e já apresentando resultados satisfatórios, é a criação do Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC). Considerando que os documentos expedidos não possuem caráter coercitivo, a adesão às práticas ali propostas é ato volitivo de cada Corte, todavia, a aderência é significativa. Mais recentemente, em março de 2018, a Atricon, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assinaram um termo de cooperação que almeja a padronização de entendimentos sob aspectos contábeis. Dentre as ações para divulgar a ideia, a Atricon, o Tribunal de Contas do Espírito Santo e a STN realizaram, em Vitória (ES), seminário para apresentar os primeiros resultados daquele TCE com a implantação da Matriz de Saldos Contábeis e para chamar a atenção da necessidade imperiosa da incorporação integral dos TCs ao acordo celebrado. Vale lembrar que a CNM foi convidada a participar do encontro, fazendo-se presente.

Qual é, atualmente, o principal desafio para implementar a Matriz de Saldos Contábeis (MSC)? Como ficarão as diferentes interpretações de limite de pessoal na unificação?

Em breves linhas, o principal desafio é criar para estruturas funcionais (TCs) que foram nascidas para operar isoladamente um pensamento de Sistema de Controle Externo. Nesse aspecto, evoluímos a passos largos. Limite de gastos de pessoal é apenas um dos inúmeros assuntos sensíveis a ser pacificado. As discussões sobre o tema têm como local apropriado o fórum estabelecido no acordo Atricon, IRB,

STN e agora TCs, de onde provavelmente sairão soluções de convergência para aplicação uniforme no âmbito nacional.

Uma das propostas do acordo de cooperação técnica é a oferta de capacitações a gestores e outros interessados. O que os membros dos Tribunais de Contas percebem como tema mais relevante, de maior demanda?

Não dá para eleger um tema como de principal relevo. Tudo o que envolve a administração pública nos é caro. Destacar esse ou aquele aspecto é apequenar o interesse dos Tribunais de Contas na boa e escorreita aplicação dos recursos públicos. De qualquer maneira, neste momento, alguns assuntos não podem fugir à pauta de capacitações dos gestores públicos. Pelos motivos óbvios, orientar a instalação e correto funcionamento dos controles internos municipais é tarefa urgente. Um controle interno bem estruturado e com autonomia para trabalhar é ferramenta de suma importância para o sucesso gerencial, porquanto não desenvolve suas atividades para fiscalizar o gestor e sim supervisiona para ele. Também merecem atenção especial os Regimes Próprios de Previdência, posto que, da forma que boa parcela é administrada, em curto espaço de tempo, se transformarão em pesadíssimos fardos.

A prestação de contas é um dos maiores desafios da gestão municipal. Como facilitar esse processo?

Prestar contas é exigência para todo aquele que administra recursos de terceiros. Na esfera pública esse encargo se torna ainda mais evidente. Não se gerencia bens de alguns e sim de toda uma sociedade que espera a retribuição adequada por tudo aquilo que é vertido na forma de tributos. Gerir a coisa pública não é tarefa ao alcance de amadores. A responsabilidade é imensa e reclama intensa dedicação, esmero e esforço daquele que se propõe a assumi-la. À vista dessas dificuldades, os TCs, com auxílio de suas Escolas de Contas e de seus capacitados técnicos, vêm desenvolvendo e disseminando ferramentas que, em muito, ajudam os gestores na hora de comandar a máquina pública e dar satisfação formal às suas ações. Trata-se de mecanismo pedagógico fomentado pelas Cortes de Contas, que, mais que fiscais, passaram a atuar como orientadores da gestão, parceiro dos administradores. Ademais, há em curso um processo de convergência de normas contábeis, do qual participam os Conselhos de Contabilidade e os TCs, que tenderá a findar os dissensos na aplicação e registro de fatos contábeis.



Comunicação

Um deserto para informar

Enquanto o mundo passa por uma revolução tecnológica, com o compartilhamento rápido de um grande volume de informações, o Brasil vive duas realidades distintas. No país com a dimensão de um continente, 67% dos mais de 207 milhões de habitantes acessam a internet. Nas áreas urbanas, essa proporção chega a 71%. Entre os usuários, 87% usam a rede todos os dias ou quase diariamente. São 42,1 milhões de lares conectados, o que equivale a 61% das residências.

O cenário parece otimista, mas esconde a falta de acesso a conteúdo noticioso e confiável para um em cada cinco brasileiros que vivem em Municípios que não possuem jornais, sites de notícias locais nem emissoras de TV ou rádio próprias. O chamado “deserto de notícias” está presente em mais da metade das cidades brasileiras, onde vivem 40 milhões de pessoas que não estão servidas por informação de qualidade, com fontes e dados oficiais. Se chegasse à população, tal conteúdo poderia ser utilizado como ferramenta para conhecer direitos e deveres.

O alerta é do Atlas da Notícia, projeto lançado em agosto de 2017 pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), que mapeou 11.820 veículos, entre jornais impressos, sites de notícias, emissoras de rádio e emissoras

de TV, presentes em 2.691 Municípios. Nos locais que contam com esses meios de comunicação, a média é de 4,4 veículos, enquanto outros 2.879 Municípios estão à margem e não têm nenhum veículo jornalístico ou emissora de radiodifusão.

Como era de se esperar, as cidades pequenas, com uma média de 13 mil habitantes, são as que formam esse vazio. São Gabriel da Cachoeira (AC), com uma população de 44.553 habitantes, é um caso típico de Município isolado, que não conta com jornal ou site de notícias, mas é contemplado com rádio. O prefeito Ilderlei Cordeiro explica que a internet, a transmissão FM e a antena parabólica, que chegou há mais de duas décadas, proporcionaram acesso a conteúdo nacional.

“Não estamos tão isolados, mas não temos como transmitir informação local, de prestação de contas e do nosso trabalho, nas emissoras de TV. Algumas têm programação local, outras não. A saída são os sites não oficiais (blogs) e os da própria prefeitura, o Facebook e o Whatsapp. No caso recente da vacinação, se fosse depender da campanha de publicidade, não íamos conseguir atingir a meta”, conta.

Cordeiro lembra que houve algumas tentativas, privadas e públicas, de montar uma estrutura, mas o investimento e os custos com manutenção

não compensavam. E chama atenção para outro problema. “O isolamento faz com que a gente passe dias sem sinal de telefone. As operadoras nos deixam sem celular e internet, e a cidade toda para, até os bancos. Já ficamos 12 horas assim e acontece uma ou duas vezes por mês”, lamenta.

Contribuição

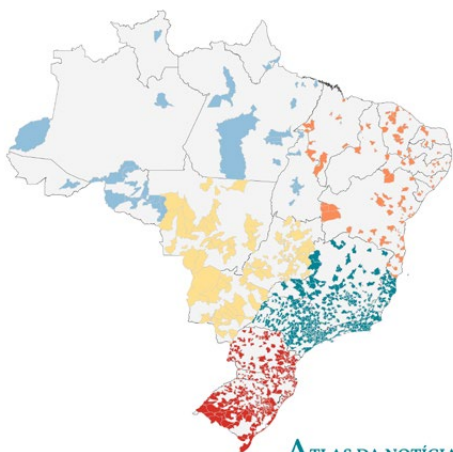
Se, por um lado, o levantamento escancarou a desigualdade do país, por outro, confirma a necessidade de mais entidades representativas, confiáveis e de âmbito nacional, como a CNM, potencializarem seu alcance e serem utilizadas como fonte para os 5.352 jornais e sites e 6.480 emissoras de radiodifusão espalhados pelo país.

Nesse papel também destacam-se prefeituras, câmaras de vereadores, secretarias, consórcios públicos, entidades estaduais e microrregionais, universidades e instituições parceiras. Com uma densa produção técnica, política e institucional, a entidade municipalista se comunica não só com os gestores públicos, como também com a população e especialistas.

Mapeamento de jornais e sites de notícia*

- REGIÕES
- Centro-Oeste
- Nordeste
- Norte
- Sudeste
- Sul
- Sem jornais ou sites mapeados

*Cidades com um ou mais jornais ou sites de notícia



Mapa da radiodifusão*

- REGIÕES
- Centro-Oeste
- Nordeste
- Norte
- Sudeste
- Sul
- sem emissoras mapeadas

*Cidades com uma ou mais emissoras de rádio ou TV



Jornal + Site



3.367

jornais impressos



1.985

sites de notícias

1.125 Municípios



65% da população brasileira

Rádio + TV



3.753

emissoras de rádio



2.724

emissoras de TV

2.520 Municípios



75% da população brasileira



Artigo

Regra de ouro para a nobreza

Dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional ilustram um panorama fiscal de preocupação para a União e acende alerta vermelho para os Municípios brasileiros. Desde 2015, as despesas obrigatórias passaram a se aproximar ou superar a Receita Líquida do Governo Central. Em 2017, dos R\$ 955 bilhões de disponibilidade de caixa líquida do Poder Executivo, apenas R\$ 47 bilhões foram de recursos não vinculados. Ainda sobre esse recurso, tido com mais liberdade de aplicação, vale ressaltar que quase o mesmo valor ficou parado em restos a pagar não processados. Nesses dois anos, o governo federal conseguiu cortar mais de R\$ 80 bilhões de despesas com controle de fluxo discricionário. Parte significativa dessa promessa de pagamento não realizada e do corte orçamentário era destinada aos Municípios.

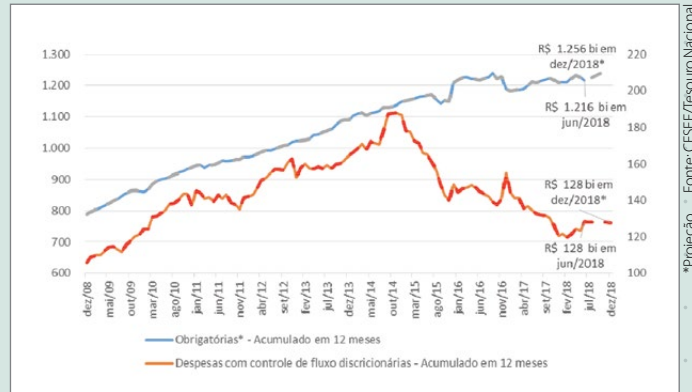
A ordem do momento é “regra de ouro com maior efetividade da política”. O artigo 167 da Constituição, que impede os governos de se endividarem para o pagamento de despesas como as de custeio, aparentemente só existe para atender à União. Com a nova lei do teto dos gastos públicos e o medo do Tribunal de Contas da União, o Congresso tem sido pressionado a impedir que os recursos faltem no governo federal, ainda que esta conta seja transferida aos Municípios. Cortes de recursos e repasse de despesas têm sido o modelo encontrado na União para enxugar a máquina pública.

Há anos que os governos federais e estaduais repassam suas responsabilidades de execução das políticas para os seus vassallos: o poder municipal. O fato novo é que, em razão da excessiva rigidez orçamentária, os valores dos programas federais, já subfinanciados, serão congelados. Como não há obrigação de percentual mínimo para União em suas competências compartilhadas, ela continuará pagando os R\$ 0,36 por aluno/dia de merenda escolar, enquanto o custo de R\$ 5,00 deve dobrar nos próximos 20 anos. Consequências mais sérias ocorrerão nos programas federais com contratação de pessoal, a exemplo da Estratégia da Saúde da Família, que responde hoje por apenas um quarto do valor real. Querem agora jogar a pouca responsabilidade que lhes restou para cima dos Municípios, como é o caso da segurança pública. No futuro (presente) afirmarão que não têm mais recursos a repassar. No discurso, é mantido o ideal de autonomia do Ente municipal.

Perante essa realidade, os Tribunais de Contas estaduais divergem quanto à forma de calcular o limite de pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por outro lado, quanto mais o tempo passa, mais difícil fica a tarefa de convergência. Isso porque, tendo realizado concursos públicos por determinações dos próprios tribunais, com aumentos salariais aprovados no Congresso Nacional, todos os gestores municipais aumentarão o gasto com pessoal pelo menos nos próximos 35 anos. Os tribunais, ao rejeitar os argumentos de desconhecimento do prefeito ou de inviabilidade de alterar a realidade, reprovarão as prestações de contas, bloquearão patrimônios pessoais e afastarão o gestor da vida política com a declaração de ficha suja.

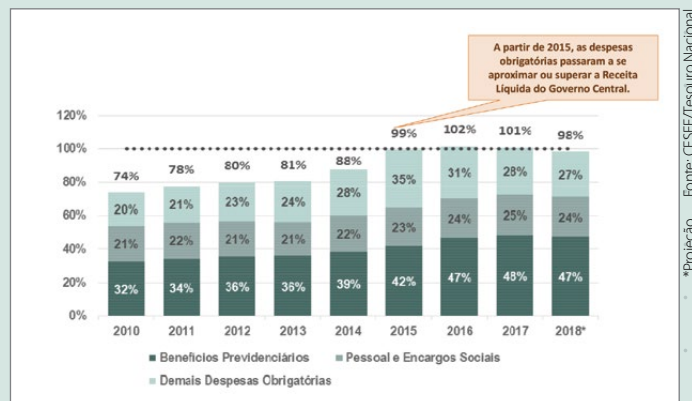
Espanto maior com absurdos como a proliferação de acusações de improbidade de prefeitos por erros formais. Como as equipes municipais são as implementadoras da política no país, elas estão condenadas ao estigma da má gestão. **Isso porque só está sujeito a errar quem faz, nunca os que dizem o que deve ser feito.** Mais grave do que o apontamento do TCU de Municípios que ainda não conseguiram atualizar os planos de contas na contabilidade, é o desacordo entre orientações discrepantes de 34 Tribunais de Contas, que anualmente modificam seus PCASP. Para ter real dimensão do que isso representa, a CNM em 2017 abandonou o sonho de modernização da gestão municipal, de mais de 15 anos de trabalho, ao verificar o custo de R\$ 15 milhões para atualizar os padrões dos tribunais no *software* público Urbem.

Os desafios do ajuste fiscal: Rever a excessiva rigidez Orçamentária



É preciso denunciar as regras que são feitas para impossibilitar o atendimento à população. O sistema do Cauc, por exemplo, está banalizado com tantas exigências infralegais criadas para impedir o recebimento das transferências voluntárias pelos Municípios. Entre os mais recentes, podemos citar o Cadastro da Dívida Pública (CPD), os novos itens da Portaria 424 (sobre os contratos de repasse e convênios), o eSocial e a Matriz de Saldos Contábeis (MSC). **Seria mais fácil informar a indisponibilidade de recursos, em vez de empurrar a culpa para o Ente local.**

Gastos em % da Receita Líquida



A matriz é um instrumento importante para evitar a duplicidade de informação, a desconformidade e o excesso de prestação de contas. Todavia, a alternativa viável para os Municípios é esperar que os Tribunais de Contas possam se adequar para realizar o envio ao Tesouro Nacional. Enquanto isso não for possível, os Municípios continuarão sem acesso a transferências voluntárias, cada vez mais escassas e de execução insignificante. A solução é o Conselho Gestão Fiscal, que, definido na LRF, segue desde 2000 sem regulamentação. Nesse espaço de diálogo, será possível alcançar padrões e interpretações uniformes com o objetivo comum de servir ao povo brasileiro. O evento realizado este mês, no Espírito Santo, demonstrou a compreensão de todos esses atores no sentido de trabalharem juntos para adoção de medidas urgentes.

Gustavo Cezário é diretor-executivo da CNM e secretário da Federação Latino-americana de Municípios (Flacma). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

*Projeção - Fonte: CESEF/Tesouro Nacional

*Projeção - Fonte: CESEF/Tesouro Nacional


 Judiciário

Lei Kandir no STF

Os gestores marcaram presença no Supremo Tribunal Federal. O destaque da pauta com o ministro Gilmar Mendes foi a regulamentação de anexo da Lei Kandir. A reunião ocorreu no primeiro dia da Mobilização Municipalista, a convite do senador Wellington Fagundes (PR-MT).

O ministro foi relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 25, julgada precedente por unanimidade pela Corte em 2016. Ele fixou prazo para que o Congresso edite lei complementar regulamentando os repasses da União em decorrência da desoneração das exportações. Na ausência de lei e esgotado o prazo, caberia ao Tribunal de Contas da União (TCU) fixar regras de repasse e calcular as cotas de cada um dos interessados.

“A norma estava aí e não estava sendo cumprida”, ministro Gilmar Mendes.

“O Supremo ajudou a provocar a discussão quando tomou essa decisão”, pontuou o presidente da CNM, Glademir Aroldi. Ele falou sobre a reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e destacou os dados levados pela CNM a fim de viabilizar a aprovação. “A CNM mostrou que a fonte existe. E estamos buscando conjuntamente essa solução na Câmara dos Deputados”, destacou o senador.

Gilmar Mendes destacou que “a medida foi um estímulo adequado para fazer reformas”. Para o ministro, é necessário, agora, que o Congresso ache um acordo para aprovar a matéria. “Esse caso é realmente muito complicado e precisa de uma construção”, destacou.

Também participaram os presidentes da As-

sociação Mato-Grossense de Municípios (AMM-MT), Neurilan Fraga, da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), Tota Guedes, o primeiro secretário da Confederação, Hudson Brito, o diretor-executivo, Gustavo Cezário, e o consultor Joarez Henrichs.

Outras pautas

Aroldi também falou de duas decisões que aguardam julgamento do STF. “O primeiro deles é aquele em que, no ano de 2012, a ministra Cármen Lúcia concedeu liminar, que é a dos *royalties*. Outra é a do ISS. Já até fizemos audiência com o ministro Alexandre de Moraes, porque ele também concedeu uma liminar. Isso é uma questão de justiça tributária”, disse.


 Educação

Fundef em pauta no TCU

O movimento municipalista solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) a manutenção de decisões resultantes de dois julgamentos que tratam da utilização dos recursos de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Os pedidos foram feitos em reunião com o presidente do Tribunal, Raimundo Carreiro, e o ministro Augusto Nardes.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, pediu que o TCU mantenha as decisões proferidas pela sua Corte nos acórdãos 1.8024/2017 e 1.962/2017. Elas tratam da utilização dos recursos a serem pagos pela União, a título de precatórios, resultantes de ações que buscaram o ressarcimento de verbas não pagas corretamente na vigência do Fundef.

Diante disso, a Confederação solicitou que sejam mantidos na íntegra os entendimentos em relação aos recursos federais, decorrentes da complementação da União ao Fundef e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).



“Os valores pagos aos Municípios prejudicados correspondem ao ressarcimento de recursos que os Entes foram obrigados a disponibilizar de 1998 a 2006, pela inadimplência da União”, **Glademir Aroldi**.

Reivindicações

A CNM solicitou ao TCU entendimento flexível quanto à utilização dos recursos no sentido de que possam ser aplicados em mais de um exercício financeiro e possibilite que a sua destinação supra necessidades imediatas que atendam a todos os princípios da administração pública. Dessa forma, a entidade sugere o uso desses recursos para o pagamento de folha normal ordinária dos profissionais do magistério.

A CNM ainda reivindica que o TCU publique uma nota informativa para que todos os gestores públicos municipais tenham acesso para inibir a pressão exercida por segmentos interessados no aproveitamento desses recursos e evite que eles sejam utilizados em favorecimento a poucos, o que deixa de contribuir com a melhoria da qualidade do ensino público.

Executivo

Por novas conquistas no Executivo

A Mobilização Municipalista teve um encontro com o presidente da República, Michel Temer. O presidente da CNM, Glademir Aroldi, presidentes das entidades estaduais e prefeitos solicitaram ao governo federal o avanço de demandas fundamentais para a gestão municipal e destacaram a concretização, no Executivo, de outras reivindicações por meio de decretos e normativas.

No encontro, os municipalistas reforçaram a importância da instalação, estabelecida em lei, do comitê do Encontro de Contas e solicitaram uma linha de crédito para financiar a dívida que os Municípios têm com os precatórios. Outra pauta apresentada diz respeito ao decreto que trata do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O pedido é que seja ampliado o prazo para o pagamento do passivo, com a retirada da cobrança de PIS/Pasep sobre os fundos. Além disso, discutiram-se novas regras para a compensação previdenciária e a alíquota suplementar prevista na Portaria 403.

“Também agradecemos ao presidente pelo avanço da pauta acertada durante a última *Marcha*. Foram 10 pontos, sendo que 7 avançaram e estão concluídos. Cobramos esses temas que ainda não foram acertados pelo governo federal. O presidente compreendeu a nossa reivindicação e disse que vai fazer o possível para cumprir com essas matérias, que são importantes



para o movimento municipalista brasileiro”, explicou o presidente da CNM.

Na oportunidade, o presidente Temer lembrou de outras grandes conquistas resultantes do diálogo da Confederação com o governo. Entre essas, ele destacou: a repatriação, o Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) e o parcelamento das dívidas previdenciárias. As medidas, juntas, representaram cerca de **R\$ 34 bilhões no orçamento dos Municípios**.



Aroldi reforça pauta prioritária a presidente Temer



Reunião contou com presença de líderes municipalistas estaduais

Conquista: governo veta matéria que fere autonomia municipal

A CNM alerta há anos para a falta de recursos e a transferência de responsabilidades para os Municípios sem a devida contrapartida financeira. Para a entidade, não se pode gerar medidas em Brasília sem se considerar os impactos àqueles que estão na ponta. Exemplo disso é a Medida Provisória (MP) 827/2018, que previa o reajuste do piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias (ACS/ACE).

Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/2018, a medida foi vetada pelo presidente da República, Michel Temer.

O veto foi uma das pautas do movimento durante a Mobilização Municipalista. Os impactos causados pela medida foram levados pelos gestores a Temer e a ministros. Também se alertou que alterar remuneração por Medida Provisória é inconstitucional, sendo que o aumento do piso foi incorporado via emenda.

Para a Confederação, é inquestionável a importância dos ACS e ACE como membros das equipes da atenção básica de saúde e da vigilância em saúde. No entanto, cálculos da entidade apontam que o impacto do reajus-

te de 52,86% do piso salarial dos agentes de saúde, nos três primeiros anos, passaria de R\$ 4,8 bilhões aos Municípios.

Aponta-se, ainda, que, a partir de 2021, o impacto aos cofres municipais ultrapassa o valor de R\$ 1,8 bilhão, montante que representa um decêndio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Isso sem se levar em consideração o adicional de insalubridade, gratificações e outras vantagens pagas pelos Municípios. Assim, a entidade defende a federalização do programa, tirando a responsabilidade dos Municípios.

MOVIMENTO UNE PREFE

Oiapoque (AP) e Candiota (RS) estão separadas por exatos 3.939 quilômetros. A primeira fica no extremo Norte do Brasil e, a segunda, na região de fronteira do Sul com o Uruguai. O que elas têm em comum? “Uma pauta que nos une para, nesse momento de crise, buscar uma solução coletiva, que vai beneficiar todos os Municípios. As demandas dos Estados e da União estão sendo direcionadas para a gente resolver”, resume o prefeito de Candiota, Adriano dos Santos.

É em Brasília, bem no meio do caminho, que eles se juntam a outros Municípios para alinhar as reivindicações e sensibilizar os parlamentares sobre os projetos que impactam a gestão. Na última Mobilização Municipalista não foi diferente. Depois de definir os temas urgentes, os representantes conseguiram se reunir com lideranças dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Logo no primeiro dia, 7 de agosto, a sede da CNM recebeu gestores e parlamentares para debater a pauta prioritária. Estiveram presentes o senador Wellington Fagundes (PR-MT), os deputados federais Hildo Rocha (MDB-MA), Euricelia Melo Cardoso (PP-AP) e Jerônimo Goergen (PP-RS), além do deputado estadual Frederico Antunes (PP-RS).

Continuidade

À frente da mobilização, o presidente da CNM, Gladimir Aroldi, celebrou a união do movimento, agradeceu a participação de todos, mas convocou os municipalistas a manterem o ritmo de articulação com os parlamentares para evitar que as pautas caiam no esquecimento em meio às eleições e após a definição do novo quadro legislativo.

PEC ADI e ADC

Avanço: com o plenário lotado de gestores municipais, os membros da comissão especial aprovaram a PEC 253/2016. A proposta dá legitimidade jurídica aos Entes ao permitir que entidade representativa dos Municípios de âmbito nacional possa propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no Supremo Tribunal Federal (STF). A aprovação contou com o apoio do ex-subchefe da Casa Civil Marcelo Barbieri, que ajudou a CNM a obter quórum para votação. Com parecer favorável do relator, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), a proposição segue para análise no plenário da Câmara e, depois, do Senado.

ISS

Cumprindo acordo feito durante a mobilização municipalista, Rodrigo Maia pautou o PLP 461/2017 na segunda semana de esforço concentrado. No Plenário, os deputados Herculano Passos (MDB-SP) e Pedro Uczai (PT-SC) defenderam a aprovação da matéria. O projeto promove uma distribuição justa do ISS entre os Municípios. Porém, mesmo com apoio do relator Luiz Lauro Filho (PSB-SP) e de lideranças partidárias, o substitutivo não foi votado nas sessões de segunda e terça-feira, 13 e 14 de agosto, em razão do baixo quórum e do encerramento da sessão.

2/8

- ▶ **Reunião na sede da CNM com governos municipais e estaduais:** Representantes de governos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro alinham estratégias para aprovação da Lei Kandir.



- ▶ **Audiência na residência oficial do Rodrigo Maia (DEM-RJ) sobre Lei Kandir:** Presidente da Câmara recebe gestores e declara que só vai pautar o projeto se apresentada fonte de recursos.



- ▶ **8 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS):** entrega de ofício ao presidente da Câmara

1º DIA DE MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA

- ▶ **Na sede da CNM,** gestores se reúnem para tratar das pautas prioritárias
- ▶ Presidente da CNM concede **coletiva de imprensa** no Salão Verde da Câmara
- ▶ Apresentado **requerimento de urgência** do deputado Celso Maldaner para Licitações
- ▶ Designado **relator de projeto sobre RPPS na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:** O deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS) fica responsável pelo parecer do PL 8.974/2017.
- ▶ **Reunião no gabinete do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ):** O parlamentar firma compromisso com os Municípios de colocar em votação a Lei de Licitações e a definição das regras para o ISS.



2º DIA DE MOBILIZAÇÃO

- ▶ **Audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo:** A CNM defende a criação de uma comissão especial para analisar a PEC 253/2016. (continua na página 10).
- ▶ **Audiências públicas sobre projetos de combate à corrupção:** Debatedos critérios de julgamento de Municípios e criação de uma comissão especial para analisar a PEC 253/2016.
- ▶ **Aprovação da PEC 253/2016 em comissão especial:** Os membros da comissão especial aprovaram, por unanimidade, o parecer do relator, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que pautará a proposta às entidades representativas dos Municípios de âmbito nacional para que possam propor ADI e ADC.

so Nacional

DEBATES POR MELHORIAS

Licitações

Em reunião no primeiro dia de mobilização, Rodrigo Maia prometeu pautar requerimento de urgência para o PL 1.292/1995, 6.814/2017 e outros 230 apensados. No mesmo dia, o deputado Celso Maldaner (SC) apresentou o pedido de tramitação célere para revisar a Lei de Licitações. A CNM apoia o parecer do relator João Arruda (MDB-PR) e, por isso, defende que o texto apreciado em Plenário seja o da relatoria, consolidado após meses de debates.

Lei Kandir

A abertura de diálogo e a busca por uma solução conjunta com o governo federal, os Estados e a base governista na Câmara, bem como com o presidente da Casa, Rodrigo Maia, foram resultados da mobilização. A articulação para pautar no Plenário o PLP 511/2018 – cujo parecer do senador do Wellington Fagundes (PR-MT) prevê compensação anual de R\$ 39 bilhões a Estados e Municípios – se estendeu até o fim do mês. O primeiro encontro, na sede da CNM, contou com participação do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão. Em seguida, Aroldi esteve em encontros para debater a fonte dos recursos. O governo alega não ter orçamento para a compensação – cuja regulamentação foi determinada pelo STF – e propõe a busca de recursos por outros projetos.

Conselho de Gestão Fiscal (CGF)

Enquanto o PL 3.744/2000 – que institui o CGF e dispõe sobre a composição e o funcionamento – aguarda análise dos deputados, a CNM tem se aproximado da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e dos membros dos Tribunais de Contas para sensibilizá-los sobre as demandas municipais. Em resposta, os órgãos já demonstraram apoio ao projeto e à aprovação. Espera-se, com o retorno das atividades legislativas, que o relator, Hildo Rocha, e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) pautem a proposta no colegiado.

ISS monitoramento

Também aguardando análise na CCJC da Câmara, o PLP 191/2015 estabelece as regras para a incidência do ISS sobre o monitoramento e o rastreamento de veículos e carga de forma a evitar a concentração de receitas. Para que haja uma distribuição mais justa do imposto entre os Entes municipais, a CNM chegou a um consenso com os representantes do setor e construiu um texto favorável tanto aos prestadores do serviço quanto aos Municípios.

3/8

0 MUNICIPALISTA

Câmara sobre a MP 844, do saneamento e mais tempo para o debate (leia mais)

sobre
à seca:
enqua-
os no se-
fundo.

53/2016
l: Depu-
nimida-
r Hildo
possibili-
ntativas
nacional
o STF.



▶ Reunião com José Priante (MDB-PA) sobre Lei Kandir

▶ Reunião com as lideranças partidárias do DEM, PR, PT, MDB, PSB e PSDB para apoio ao ISS

▶ Articulação no plenário para votação do ISS: Sessão atrasa, tem baixo quórum e encerra tarde sem votar PLP 461/2017.



▶ Audiência pública sobre ISS de aplicativos de transporte de passageiros: A CNM tratou dos impactos de três projetos que tramitam sobre o tema: PLPs 488/2018, 516/2018 e 521/2018.

▶ Reunião com deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) e ministros da Fazenda e do Planejamento sobre Lei Kandir: No gabinete do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, representantes do Executivo federal iniciam diálogo com movimento municipalista e representantes estaduais para encontrar uma solução para a compensação.



Estudos técnicos

Censo: entidade alerta para impactos

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no dia 29 de agosto, a última estimativa populacional. A CNM destaca que os dados impactam diretamente no repasse das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – principal fonte de recursos para milhares de cidades brasileiras, especialmente as de pequeno porte –, bem como para o cálculo de indicadores econômicos e sócio demográficos nos períodos intercensitários. Nesse ano, 135 Municípios serão impactados com redução do coeficiente do Fundo e 105 com aumento.

Além da redução no FPM, a estimativa populacional representa repasses menores nos recursos que são transferidos per capita, sobretudo nas áreas de Educação e Saúde, e nos cálculos da cota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ou seja, os Municípios são extremamente prejudicados por uma estimativa que acarreta queda de habitantes.

A entidade reitera que o Censo 2020 é de suma importância para a gestão local, pois, como não houve a contagem populacional em 2015 por falta de orçamento, diversos Municípios estão sofrendo com defasagem no repasse do FPM. Para a Confederação, é preocupante a indicação de que, novamente, possa não ocorrer o censo por falta de recursos destinados pelo go-

verno federal ao levantamento.

Segundo o IBGE, o gasto total com a pesquisa deve chegar a R\$ 3,4 bilhões – montante que envolve a contratação de mais de 240 mil técnicos e recenseadores e investimentos com tecnologias para a coleta e o processamento de dados. Para seguir com os preparativos da pesquisa, o IBGE precisaria de R\$ 1 bilhão já em 2019. No entanto, só deve receber cerca de R\$ 250 milhões no ano que vem. O Instituto afirma que a redução de valor inviabilizaria a pesquisa.

A Confederação vem alertando para a problemática há anos e realizando ações para que os Municípios não sejam mais prejudicados. Entre essas, o envio de ofício ao Frente Parlamentar Mista da Geografia, Estatística e Meio Agroambiental (Gema) a fim de destacar para a importância de especificação de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) do montante necessário para a realização do censo.

Existem algumas propostas para buscar pelo menos amenizar essas perdas. Uma delas seria um congelamento dos atuais coeficientes de FPM dos Municípios que perderiam receitas e em contrapartida os parlamentares destinariam emendas para aportar os recursos ao IBGE. A CNM está vigilante e atenta aos fatos e atuando em defesa dos Municípios.



Cooperação

Com o objetivo de melhorar o cadastro de endereços com propósito de aprimorar a base de informações para a realização do Censo Demográfico de 2020, a CNM assinou termo de compromisso com o IBGE. O presidente da Confederação, Glademir Aroldi, e o assessor do Instituto, David Montero Dias, assinaram o documento no dia 10 de agosto, durante reunião na sede da entidade.

O documento visa a estabelecer uma relação entre a entidade e o instituto para que haja um intercâmbio de cadastros de endereços entre o IBGE e as prefeituras brasileiras que tiverem interesse. As informações e os resultados dos cadastros serão disponibilizados para ambos participantes. A medida prevê, ainda, a realização de treinamentos de técnicos municipais sobre as ferramentas do IBGE.

Aroldi destacou que a iniciativa tem o objetivo de auxiliar os Entes locais. “Para os Municípios, será ótimo ter em mãos esse cadastro, pois facilitaria muito na cobrança de impostos, como IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano], por exemplo”, ressaltou.

Finanças

Atraso nos repasses em Minas Gerais preocupa municipalistas

Gestores mineiros têm denunciado que o governo estadual atrasa constantemente os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), fato que tem tornado a administração municipal insustentável. Diante do cenário, a CNM e a Associação Mineira de Municípios (AMM) vêm buscando resolver a situação junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em reunião no dia 14 de agosto, o prefeito de Andradas e representante da AMM na reunião, Rodrigo Lopes, falou sobre as dificuldades enfrentadas. “Alguns Municípios de Minas Gerais já estão há mais de um mês sem pagar seus professores porque não receberam recursos e aque-

les que estão pagando estão usando recursos de receitas próprias”, disse. A CNM foi representada pelo primeiro tesoureiro da entidade, Jair Souto, e pelo diretor-executivo, Gustavo Cezário.

Para a Confederação, cabe ao órgão estar atento a situações como essa e buscar a resolução a fim de evitar a situação relatada. A entidade encaminhou ofício ao Fundo para solicitar retorno de quais ações foram tomadas para que as prefeituras de Minas Gerais recebam do governo estadual os repasses pendentes do Fundo.

Creches – Além do Fundeb, os municipalistas trataram junto aos representantes do FNDE questões inerentes às obras paradas nos Municípios, principalmente as creches. O FNDE destacou que tem acompanhado a



questão junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). O prefeito de Andradas reiterou que os Municípios buscam alternativas para esse problema. “Os Municípios mineiros também estão nessa luta. A gente vai continuar acionando outros órgãos, unindo forças e judicializando o que for possível e encontrar uma solução para que a população seja atendida”, informou.

Projetos

MMM planeja próximas ações em Brasília

O Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) realizou a segunda reunião deste ano em Brasília. O encontro contou com a participação de lideranças femininas de várias regiões e foi destinado às discussões da pauta municipalista, às ações que permitam a inclusão feminina nas decisões políticas e ao planejamento das próximas estratégias do grupo para o período de 2018 a 2020.

Durante o encontro, as participantes sugeriram propostas que possam fazer parte da cartilha Compromissos com o Brasil, bem como o encaminhamento de propostas a fim de que o MMM também promova eventos regionais e estaduais. As participantes conheceram boas práticas municipais, o planejamento para os

próximos anos e a importância do turismo como geração de renda e emprego nos Municípios. Ainda foram abordados temas preocupantes, como o crescimento de casos de feminicídio nas cidades brasileiras.

O avanço da pauta trabalhada na Mobilização Municipalista e a importância da atuação do MMM no avanço dessas e outras reivindicações municipais, além das diretrizes do grupo para os próximos anos, também ganharam destaque. “A gente pede o apoio de todas as mulheres na pauta municipalista. Entrem em contato com seus deputados e peçam que eles aprovem as nossas reivindicações”, disse uma das fundadoras da CNM, Dalva Christofoletti.



Presidente Aroldi participa dos debates



Movimento de Mulheres se reuniu na sede da CNM, em Brasília

PARTICIPAÇÃO ATIVA

Fundadora do MMM, Tânia Ziulkoski reforçou o potencial das mulheres. Ela pediu a interação de todas nas ações do grupo. “As mulheres precisam ter participação mais ativa na política. Lutar pelos seus ideais e ter direito à voz. Nós podemos fazer o que quisermos. O lugar da mulher é onde ela quiser, e nós temos força para isso”, defendeu.

O presidente da CNM, Gladimir Aroldi, participou do encontro. O líder municipalista destacou a importância do empoderamento feminino e pediu o apoio das integrantes do grupo. “O MMM veio para ficar. Nós queremos efetivamente a participação de vocês em todos os sentidos. O grupo é um braço forte do movimento municipalista brasileiro. Queremos vocês atuando com a gente na pauta municipalista”, destacou.



 Boas práticas

ALIMENTO SOLIDÁRIO, EDUCATIVO E SUSTENTÁVEL

A semente que, regada, vira planta é a metáfora ideal para a transformação proporcionada por um banco de alimentos em Formiga (MG). A iniciativa, que começou há 11 anos com a intenção de evitar que pessoas em condição de vulnerabilidade social passassem fome, foi crescendo, enraizada como política pública da cidade, e não de um governo. Demonstrou potencial e foi abraçada pela população e pelos produtores locais. Rendeu frutos e deixou de ser uma ação apenas da área de assistência social, passando a impactar a educação, a economia, a cultura e a segurança pública.

De janeiro a junho deste ano, 18.296 pessoas receberam 56.397 quilos de alimentos provenientes do Banco Municipal de Alimentos Maria Athanasia de Freitas. Atualmente, ele abastece 11 instituições, seis Centros de Referência de Assistência Social (Cras), a Santa Casa, algumas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e a Casa da Criança e do Adolescente. Além de receber doações, a pre-

feitura compra itens de agricultores familiares, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, e cobra, como entrada de eventos culturais, alimentos não perecíveis.

“É um projeto com uma relevância social muito grande, porque, além de trabalhar com as questões de segurança alimentar, a gente envolve não só os produtores rurais, como diversas entidades aqui da nossa cidade, uma vez que iniciamos o projeto da horta comunitária”, disse o prefeito de Formiga, Eugênio Vilela.

O programa funciona como um ciclo. Para isso, a prefeitura vem implementando outros projetos que complementam o do Banco de Alimentos. Em um deles, a parceria com o Centro Universitário da cidade permite o acompanhamento das plantações. Estagiários vão até os produtores rurais e analisam o solo, ensinando alternativas para o plantio de alimentos sem o uso de agrotóxicos.

“Outro projeto é a horta urbana. Estamos

na terceira unidade. Conseguimos, por meio de doações, plantar pequenas hortas de maneira orgânica, sem uso de agrotóxicos. O que é colhido é distribuído na comunidade e o que sobra é repartido pelo Banco de Alimentos entre as entidades”, complementa o coordenador do programa Banco de Alimentos no Município, Anuar Teodoro Alves.

Além desses, o Município passou a contar com um programa de culinária familiar, em que uma professora de culinária dá aulas de boas práticas alimentares e de como aproveitar os alimentos, evitando o desperdício, para os usuários do Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

Os números mostram o sucesso do programa Banco de Alimentos. Além disso, o Município integra a Rede Brasileira de Banco de Alimentos e Rede Metropolitana de Alimentos. “O que sobra aqui, a gente manda para a Rede. O que sobra lá, eles mandam pra gente”, cita o coordenador do projeto Banco de Alimentos.




56.397 kg
de alimentos
distribuídos


18.296
pessoas
beneficiadas de
janeiro a junho
de 2018



Falando em sustentabilidade, o projeto de Banco de Alimentos também integra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030. São 17 objetivos que representam um desafio a ser alcançado para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável, justo e inclusivo.

Contabilidade

Evento de tribunais de conta e Tesouro trata de temas municipalistas

As estratégias e as dificuldades à gestão fiscal municipal no que diz respeito à prestação de contas foi um dos temas do **Seminário Tribunais de Contas e Tesouro Nacional**, realizado no dia 20 de agosto, no Espírito Santo, para debater a Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a fiscalização por parte dos Tribunais de Contas e do Tesouro Nacional.

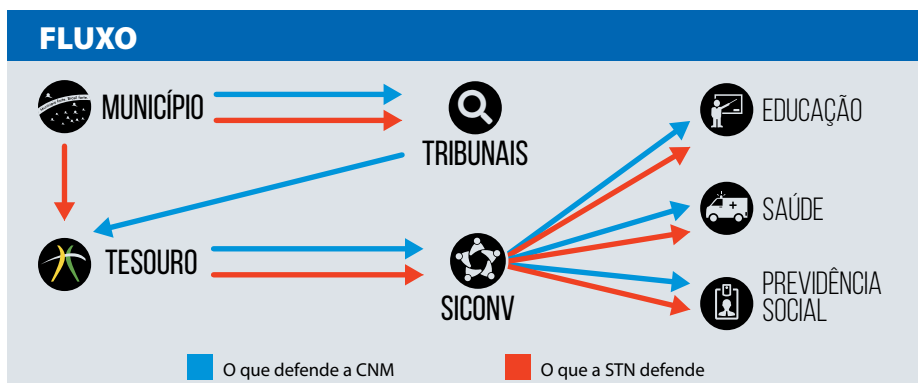
A CNM participou do evento e aproveitou a ocasião para apresentar o desafio dos Entes locais em relação a questões como o limite de gastos com pessoal dos Municípios. A entidade defende que haja uma convergência dos padrões contábeis, com harmonização e **alinhamento dos conceitos relacionados ao cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)** – entendimento a ser acordado com os Tribunais de Contas.

Presentes ao evento, o secretário da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes) e diretor regional da CNM, Luciano Salgado, e o diretor-executivo da CNM, Gustavo Cezário, apresentaram, por meio de ofício, as demandas e as reivindicações dos Municípios ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), Sérgio Aboudib.

No que se refere à Matriz, destaca-se que essa deverá ser enviada pelo poder Executivo Municipal mensalmente, o que possibilitará a geração automática dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O não cumprimento do envio nos padrões definidos implicará em inadimplência no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc), sendo o prazo para os Municípios se adequarem às normas janeiro de 2019. A Matriz visa a tornar mais fácil a prestação de contas pelos Entes e o



Confederação mostra desafios na prestação de contas



compartilhamento de dados entre os órgãos da administração. Através desse formato, os Municípios encaminharão seus movimentos contábeis mensais e, assim, será possível a introdução dos dados por todos os Municípios do país, gerando, de forma automática, os relatórios exigidos pe-

la LRF. Por outro lado, a CNM ressalva que alguns níveis de detalhamento exigidos são ainda incompatíveis com as tabelas atuais utilizadas pelos Entes. A Confederação e a Secretaria do Tesouro Nacional têm dialogado e desenvolvido materiais de orientação para os Municípios.

Bahia

Os valores pagos pelos Municípios do Estado da Bahia a profissionais na execução de programas do governo federal não farão mais parte do cálculo do Índice de Gasto com Pessoal. A decisão foi aprovada por 4 votos a 2, em sessão do plenário do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM/BA) no dia 14 de agosto.

O índice fixa em 54% da receita corrente líquida das prefeituras o que pode ser des-

pendido com a folha de pessoal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com a decisão, profissionais que desenvolvem atividades direcionadas aos programas federais não serão computados neste cálculo. A votação foi provocada por uma consulta feita pela União dos Municípios da Bahia (UPB) e começou a ser debatida pelos conselheiros na sessão do último dia 13 de março.

Estudo divulgado pela CNM em maio deste ano apontava que – dos 4.947 Municípios pesquisados - 4.033 Entes locais encontravam-se, em dezembro de 2017, com o li-

mite do gasto com pessoal até 60% da receita corrente líquida. Além disso, outros 787 Municípios estavam acima do limite máximo.

O presidente da UPB e 2º vice-presidente da CNM, Eures Ribeiro, destaca que “os programas não foram criados pelos Municípios. São responsabilidades repassadas às prefeituras sem a contrapartida financeira suficiente, o que acabou penalizando as contas dos prefeitos”. Ele ainda classificou a medida como “uma vitória do próprio TCM por ter amadurecido nesse entendimento que sempre foi o pleito dos prefeitos baianos”.

Institucional

Prefeitos debatem juventude municipalista

Fortalecer as lideranças jovens e incentivar a participação na política brasileira. Esse foi o objetivo do evento Município em Pauta: Encontro Jovem Municipalista, realizado em parceria com a Federação Dominicana de Municípios (Fedomu) e a Comissão de Autoridades Jovens da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma).

“A CNM, juntamente com a Fedomu e a Flacma, ao trazer esse debate, faz um marco nesse novo momento político do país que nós precisamos reconstruir nossa sociedade. Sabemos das dificuldades que nós, gestores, temos passado. Nada mais justo que debater esse novo momento com as novas lideranças”, afirmou o secretário-geral da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) e diretor regional da CNM, Luciano Salgado.

O secretário nacional de Juventude, Assis Fi-

lho, destacou o pioneirismo da entidade em realizar o evento. “Nós, do governo federal, ao receber esse convite enxergamos a boa iniciativa de como a CNM trata a pauta da juventude, que deve ser integrada entre as prefeituras e as câmaras municipais”.

De acordo com estudo feito pela CNM, do total de prefeitos que foram eleitos em 2016, 11,80% tinham até 35 anos de idade quando se candidatarão ao cargo do Executivo Municipal. Entre vereadores, esse percentual sobe para 22,69%. Nesse sentido, a prefeita de Monteiro (PB), Anna Lorena Leite, defendeu que é preciso pautar e incentivar a questão da participação política da juventude. “Precisamos incentivar a participação dos jovens nos movimentos sociais, nas políticas partidárias e nas políticas públicas para que eles comecem a se interessar. E temos que buscar incentivos, inclusive com recursos financeiros, e



avanços para a juventude nos Municípios”, defendeu Anna Lorena.

O presidente da Comissão de Autoridades Jovens da Flacma e prefeito de Hato Mayor (República Dominicana), Odalis Vega, lembrou que “o Encontro Jovem Municipalista é o produto do progresso e das contribuições feitas todos os dias por jovens autoridades para o Município na América Latina”.



▶ CARTA

Ao final, os participantes produziram uma Carta da Juventude para o presidente da CNM, Glademir Aroldi, indicando sete sugestões para a entidade, com o objetivo de promover a integração e avanço da juventude com o movimento municipalista. Exemplo disso seria a criação do Movimento Jovens Municipalistas, nos moldes do Movimento Mulheres Municipalistas.

A ideia é a realização do evento em outras regiões do País como forma de mobilizar a juventude brasileira. A possibilidade de criar

um movimento somente com os jovens também foi sugerida na leitura da carta. O grupo seria chamado de Movimento de Jovens Municipalistas e seriam realizadas reuniões periódicas com lideranças políticas do país, assim como já ocorre com o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) da Confederação.

O documento aponta que existem 14 projetos em tramitação no Congresso Nacional muito importantes que interferem diretamente na vida dos jovens. Nesse sentido, a Carta pede que essas proposições avancem no Legislativo. Uma delas é a aprovação do Plano

Nacional de Juventude.

Os participantes ainda sugeriram a criação de um canal de cooperação técnica entre a Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma) e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) para o avanço de temas da juventude. Por fim, foi proposto que se estabeleça uma cota nos partidos políticos, com financiamento garantido para as campanhas, destinado à candidatura de jovens de até 29 anos, e o debate com os presidentes sobre compromissos com a juventude.

Comunicação

Mobilização ganha destaque nos jornais do país

O mês de agosto foi marcado pela primeira Mobilização Municipalista do segundo semestre do ano e por sua repercussão em diversos jornais. A concentração de municipalistas no Congresso Nacional, para pressionar pela aprovação de matérias prioritárias, foi responsável por quase 200 publicações da campanha – antes, durante e depois.

Um artigo sobre a reivindicação dos Municípios – assinado pelo presidente Glademir Aroldi – foi publicado pelo jornal Zero Hora, com o título **Pauta Justa**. O Estado de São Paulo e diversos outros jornais também divulgaram levantamento da Confederação sobre a Lei Kandir, que aponta R\$ 21,3 bilhões em dotações autorizadas no Orçamento da União que não foram executadas.

Royalties

Na virada de julho para agosto, o jornal publicou matéria de capa e editorial sobre as 75 liminares concedidas por ministros à espera de julgamento pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) há oito anos. O Estadão mencionou o caso dos *royalties* do petróleo, que teve sua redistribuição cancelada por decisão da ministra Cármen Lúcia, em 2013, após aprovação na Câmara dos Deputados; no Senado Federal; veto presidencial; e derrubada do veto pelo Parlamento.

“À época, cálculos feitos pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), com base em números da Agência Nacional de Petróleo (ANP), mostraram que, somente nos primeiros seis meses de vigência da liminar, R\$ 4 bilhões deixaram de ser redistribuídos. A suspensão está até hoje em vigor”, esclarece o texto publicado pelo jornal.

Mulher na política

Ganharam destaque ainda na imprensa, nos últimos dias, notícias sobre o Mapa Étnico Racial das Mulheres na Política Local Brasileira, elaborado pela CNM em comemoração ao Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha. Foram eleitas 649 prefeitas, em 2016, das quais 10 são pretas, 174 são pardas, 5 são amarelas, 459 são brancas e apenas 1 é indígena.

Crise

Ainda no último trimestre, a Globo News mencionou dados da entidade sobre um balanço da dívida dos prefeitos que assumiram em 2017. Pelos números, dois em cada três gestores atrasaram o pagamento de fornecedores.



Evento

Debate municipalista pelo Brasil

Municípios dos Estados do Amapá, de Sergipe e do Maranhão sediaram as edições do Ação Municipalista no mês de agosto. Os encontros foram tomados por gestores e agentes municipais locais para a apresentação das pautas nacionais defendidas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), ouvir e buscar alternativas das necessidades locais além de identificar soluções e boas práticas voltadas à gestão e à qualidade de vida nas cidades brasileiras.

A cidade amapaense de Santana foi a primeira a receber o evento da CNM. Com o apoio da Associação dos Municípios do Estado do Amapá (Ameap), o encontro reuniu mais de 200 participantes entre prefeitos, vereadores, secretários municipais e equipes técnicas dos Municípios e do governo do Estado. Na programação, os participantes puderam tratar de temas como as mudanças no financiamento da saúde e a pauta política municipalista. O encontro contou com a presença do prefeito anfitrião do evento, Ofirney Sadala, que também é presidente da Ameap e membro da diretoria da CNM.

Legislações

A Saúde voltou a ser destaque do Ação Municipalista de Aracaju, em Sergipe, que teve a parceria da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames) e das entidades regionais Associação dos Municípios da Região Centro Sul de Sergipe (Amurces) e Associação dos Municípios da Barra do Cotinguiaba e do Vale do Japarutuba (Ambarco). Os participantes puderam aprofundar discussões sobre o novo modelo de financiamento da Saúde, orientações de como os gestores devem aplicar os recursos federais que são transferidos pelo Fundo

Nacional de Saúde (FNS) aos fundos municipais de saúde, as ações e os serviços públicos de saúde e o que não é considerado como despesa de saúde.

Pacto Federativo

Os avanços da pauta prioritária, os desafios do municipalismo para a melhoria da gestão e questões inerentes ao pacto federativo pautaram o Ação Municipalista de São Bernardo, no Maranhão. O presidente da CNM, Glademir Aroldi, abordou conquistas alcançadas na *XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, reivindicações junto ao Executivo, além de matérias que aguardam julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A importância do pacto federativo também foi destacada no encontro. O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) ressaltou as dificuldades dos Municípios por serem os que mais têm responsabilidades e reforçou trabalho da CNM em busca de melhorias para as cidades. Nesse sentido, pediu o apoio dos gestores no acompanhamento de matérias no Congresso Nacional que são importantes para os Municípios. “Temos que estar atentos em relação à despesa e à receita. Muitas vezes aparece um Projeto de Lei com boa intenção, mas que remete despesas aos Municípios. Então, a gente pede à CNM para nos apoiar para que absurdos não sejam aprovados”, defendeu.



Nos dias 27 e 28 de setembro, os gestores podem participar do **II Seminário Internacional de Custos, Governança e Auditoria no Setor Público**. O evento ocorre na sede da Confederação e tem por objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades referentes à implantação do Sistema de Gestão e Governança Baseados em Custos. Devem participar representantes do governo federal, de tribunais de contas e de instituições financeiras.



CONEXÕES
MUNICIPALISTAS

Uma nova proposta de eventos e articulação vai pautar a atuação da Confederação a partir do mês de setembro. Acompanhe mais informações em nosso site e veja o lançamento da campanha no dia 24 de setembro, no portal www.cnm.org.br.